



Valor Econômico – 01 Sep 2003

## **Prefeituras dão o calote nas contas de água e energia** **Queda dos repasses do ICMS e Fundo de Participação agrava a crise dos municípios**

É crescente o número de prefeitos que estão deixando de pagar por serviços essenciais - água, esgoto, luz e telefone - por causa da grave crise financeira em que se encontram os municípios. A falta de dinheiro nas prefeituras é decorrente da baixa atividade econômica, que afeta a arrecadação de impostos municipais, e foi agravada pela queda nos repasses das parcelas do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos últimos meses.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, 120 dos 497 municípios - 25% do total - devem quase R\$ 250 milhões para as três distribuidoras de energia: a estatal Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), AES Sul e Rio Grande Energia (RGE). Para a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), 70 prefeituras acumulam dívidas vencidas de R\$ 11 milhões pelo fornecimento de água tratada.

No Rio, apenas na área de concessão da Light, que abrange 31 municípios com 3,4 milhões de consumidores, há 18 prefeituras inadimplentes por um período igual ou superior a 30 dias. O total de contas 'penduradas' somava em junho R\$ 31,4 milhões, um aumento de mais de 21% em relação a janeiro (R\$ 25,8 milhões), já descontados os encargos financeiros da dívida.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales, explica que as distribuidoras de energia têm, mesmo sem receber, de recolher nas suas faturas o ICMS devido e repassar para Estados e municípios, mesmo para aqueles que estão com suas contas atrasadas. Dados das distribuidoras indicam que há mais de R\$ 1 bilhão em faturas atrasadas por serviços prestados ao poder público. As estimativas vão de atrasos pontuais a inadimplências crônicas.

O secretário de Recursos Hídricos e Energia do Estado de São Paulo, Mauro Arce, diz que a Sabesp, concessionária de saneamento básico que atende à região metropolitana do Estado, tem um problema crônico, causado principalmente pela dívida dos municípios do ABC. A região responderia, segundo ele, por quase 50% da inadimplência com a empresa. Segundo Arce, que não dá maiores detalhes sobre esse endividamento, a inadimplência total ultrapassaria R\$ 1 bilhão.

'Estamos inadimplentes com a Cerj (Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro) e a Telemar', reconhece Vítor Márcio Alves Tavares, secretário de governo de Itaitiaia, no sul do Estado do Rio. Segundo Tavares, desde junho, a cidade vem perdendo R\$ 1,1 milhão por mês em verbas do FPM. A dívida com fornecedores está em R\$ 3,5 milhões e pode alcançar R\$ 6 milhões até o fim do ano. Sem ter como pagar as contas de telefone, Itaitiaia conseguiu um acordo com a Telemar para manter em funcionamento apenas o telefone principal da prefeitura e o do hospital local.

Em Volta Redonda, o prefeito Antonio Francisco Neto (PSB), fechou um acordo de refinanciamento com a Light na tentativa de quitar os débitos atrasados de maio a julho, de R\$ 1,8 milhão. 'Os repasses de ICMS respondem por 50% da arrecadação do município', explica Neto, queixando-se da retração econômica que vem derrubando o recolhimento de tributos.

Dados da Associação de Prefeitos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Apremerj) atestam que, dos 92 municípios fluminenses, 75 implementaram alguma medida para compensar o encolhimento das verbas. Em Itaitiaia, por exemplo, a prefeitura exonerou desde junho 300 funcionários que ocupavam cargos em comissão, numa tentativa de manter seus gastos com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). 'A situação no Estado é medianamente grave', resume Luiz Fernando Pezão, prefeito de Piraí e presidente da Apremerj.

Distribuidora de eletricidade para 66 municípios do Rio, a Cerj está às voltas com R\$ 52 milhões em dívidas de prefeituras. Desse total, 80% dos débitos foram contraídos após a privatização da companhia, em 1996.



Em dezembro do ano passado, as contas municipais atrasadas somavam R\$ 49 milhões, contra um total de R\$ 52 milhões já em agosto de 2003. O aumento foi de 6% em relação ao total. Os municípios recordistas em inadimplência - segundo a Cerj - são Cambuci, Magé e Santo Antônio de Pádua, cujas dívidas somam R\$ 15 milhões.

' Com a crise fica mais difícil fazer acordos com as prefeituras ', admite o diretor financeiro da gaúcha CEEE, Edison Zart. A empresa renegociou, em dezembro, R\$ 100 milhões em créditos contra dezenas de municípios, inclusive aqueles que, depois da privatização, em 1997, passaram a ser atendidos pela AES ou RGE.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul participou do acordo e durante 48 meses, após 12 de carência, irá descontar dos repasses do ICMS aos municípios os valores correspondentes às parcelas mensais de cada prefeitura e transferi-los à CEEE, explicou Zart. A estatal tem mais R\$ 40 milhões em créditos em atraso fora do acordo, boa parte formada neste ano.

O calote não atinge somente as pequenas cidades. Porto Alegre deve R\$ 8 milhões à CEEE porque, segundo o secretário da Fazenda, Ricardo Collar, a prefeitura não conseguiu aprovar na Câmara de Vereadores a cobrança da Contribuição para Iluminação Pública, autorizada pelo Congresso no fim de 2002. O município já encaminhou novo projeto de lei sobre o assunto e, enquanto ele tramita, Collar pretende negociar o débito, incluindo aí um encontro de contas com a CEEE em cima da taxa cobrada pelo uso do espaço aéreo municipal para a passagens das redes da estatal.

A prefeitura de Canoas, vizinha a Porto Alegre, ainda discute na Justiça um débito de R\$ 4,6 milhões com a AES Sul referente a uma dívida de 30 meses pela iluminação pública. A contribuição municipal para custear a despesa, de 3% sobre as faturas do consumidor residencial e de 3,5% do não residencial, começou a ser cobrada este mês mas não deve cobrir os gastos mensais de R\$ 325 mil, prevê o secretário da Fazenda, Paulo Spohr.

Tanto para Porto Alegre quanto para Canoas, as dívidas tornaram-se mais pesadas depois que os repasses do FPM começaram a minguar. De janeiro a julho, as receitas de Porto Alegre encolheram R\$ 184 milhões em relação a igual período de 2002, chegando a R\$ 772 milhões. Isso inclui os tributos próprios (ISS, ITBI e IPTU) que correspondem a 48% do orçamento, relata Collar. Em Canoas, o FPM deve cair 20% no ano, para R\$ 60 milhões, e o ICMS, 4%, para R\$ 115. Os dois repasses respondem por cerca de dois terços das receitas totais do município.

Diante desse quadro de penúria, as empresas adotam políticas diferentes para tratar dos devedores. A AES Sul tenta negociar mas quando as conversas não avançam parte para o corte do fornecimento. Segundo o líder comercial Paulo Cichelero, 40% das 116 prefeituras atendidas pela companhia acumulam um estoque de R\$ 70 milhões em dívidas vencidas.

Na CEEE, a ordem é negociar à exaustão com os 22 municípios devedores e, em casos extremos, inscrevê-los no Cadastro de Inadimplentes (Cadin). O mesmo vale para a RGE, que tem R\$ 36 milhões em créditos vencidos junto a 50 municípios, explica o diretor financeiro Vlamir Ramos. Essa estratégia vem dando certo, porque a empresa já conseguiu negociar o pagamento de outros R\$ 20 milhões em dívidas históricas sem comprometer serviços públicos.

Apesar do aperto nas finanças que levou a Associação Mineira de Municípios (AMM) a decretar estado de alerta, a maior parte das 853 prefeituras mineiras vêm conseguindo negociar com as concessionárias o pagamento da energia, do telefone e da água que consomem. A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) não divulga informações sobre clientes inadimplentes, sejam eles do governo ou não. Mas, de acordo com técnicos da companhia, o número de prefeituras em atraso com a Cemig é baixo, não chega a uma dúzia. De modo geral, o atraso não é superior a um ou dois meses e a companhia vem mantendo fornecimento normal para essas companhias.

Sérgio Bueno